

MERCADO DE TRABALHO

O trabalho remoto na pandemia nas Unidades Federativas brasileiras: a heterogeneidade das suas realidades¹

1 Introdução

O objetivo desta *Nota de Conjuntura* é atender a demanda por informações sobre o trabalho remoto nas unidades federativas brasileiras durante a pandemia da Covid-19. Assim como a *Nota de Conjuntura* nº 6 da *Carta de Conjuntura* nº 52,² os resultados aqui apresentados referem-se a médias para o ano de 2020 obtidas por meio da pesquisa Pnad Covid-19 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Por fim, vale destacar que estudo mais detalhado com as trajetórias do trabalho remoto estados a estado está em processo de publicação sob a forma de *Texto para Discussão*.

Dito isso, esta *Nota* está estruturada em três seções, além desta introdução. A seção 2 apresenta brevemente os grandes números sobre o trabalho remoto no país, segmentado por unidade federativa, enquanto a terceira seção expõe o perfil desses trabalhadores em cada localidade. Ao final, a quarta seção apresenta breves comentários, à guisa de conclusão.

Antecipando os resultados, os dados indicam que a intensidade de trabalho remoto foi bastante diversa entre as unidades federativas. Em um dos extremos, tem-se o Distrito Federal, onde mais de um quinto (23,6%) das pessoas ocupadas e não afastadas do trabalho que estavam em trabalho remoto ao longo de 2020, em média; no outro extremo tem-se o Pará, onde esse percentual foi de 3,5%, conforme mostra a figura 1. Quanto ao perfil das pessoas ocupadas que estavam em trabalho remoto, ao longo de 2020, a sua maioria (mais da metade) é composta por mulheres, pessoas autodeclaradas brancas e com escolaridade de nível superior completo e cujos percentuais são mais elevados do que no total de pessoas ocupadas e não afastadas em todas as unidades federativas. Ao mesmo tempo, o resultado para outras características, como o percentual dentro da faixa etária de 20 a 49 anos ou de pessoas no setor público, varia bastante conforma a unidade federativa.

Geraldo Sandoval Góes

Especialista em políticas públicas e gestão governamental na Dimac/Ipea

gerald.goes@ipea.gov.br

Felipe dos Santos Martins

Pesquisador do programa de pesquisa para o desenvolvimento nacional (PNPD) na Dimac/Ipea

felipe.martins@ipea.gov.br

José Antônio Sena Nascimento

Pesquisador do centro de tecnologia mineral - CETEM/MCTIC

jasena@cetem.gov.br

Divulgado em 31 de agosto de 2021.

1. Os autores agradecem a Marco Antônio Freitas de Hollanda Cavalcanti, diretor adjunto da Dimac/IPEA, pelas sugestões.

2. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/conjuntura/210714_nota_trabalho_remoto.pdf>.

2 O trabalho remoto por Unidade Federativa



A tabela 1 apresenta as informações de população residente em cada unidade federativa, calculadas com base na PNAD Covid-19 no ano de 2020. Como é de se esperar, São Paulo e Minas Gerais são as unidades mais populosas, ao passo que Amapá e Roraima são as menos populosas. Somado a isso, a tabela também reporta a população ocupada e não afastada do trabalho, o que nos permite observar que os estados do Sul possuem os maiores percentuais da população local ocupada e não afastada. Entretanto, o foco do estudo são as pessoas ocupadas e não afastadas que se encontram trabalhando de forma remota em cada unidade federativa, como expõe a última coluna da tabela 1.

O maior contingente de pessoas em trabalho remoto encontra-se no estado de São Paulo: 2,9 milhões em 2020, isso é, 35,5% do total. Na sequência tem-se os estados do Rio de Janeiro e de Minas Gerais, com respectivamente 1,1 milhões e 0,7 milhões de pessoas, isto é, 13,1% e 8,2% do total de pessoas em trabalho remoto ao longo de 2020 pelos dados da PNAD Covid-19. Ao mesmo tempo, apenas 16 mil pessoas estavam em trabalho remoto no Amapá, 14 mil no Acre e 13 mil em Roraima, o que correspondem aos menores percentuais entre as unidades federativas.

TABELA 1

População, pessoas ocupadas e não afastadas, pessoas em trabalho remoto, percentual de pessoas em trabalho remoto, em relação à população ocupada e não afastada, e ordenamento em função desse percentual, por unidade federativa brasileira

Unidade federativa	População residente	Ocupados e não afastados	Pessoas em trabalho remoto	Percentual de trabalho remoto	Posição no ranking dos estados
Acre	879.331	212.889	13.523	6,4	21
Alagoas	3.346.501	815.753	61.184	7,5	17
Amapá	855.233	215.174	15.861	7,4	18
Amazonas	4.051.034	1.157.015	59.935	5,2	24
Bahia	14.916.828	4.356.525	298.547	6,9	20
Ceará	9.190.109	2.556.501	258.250	10,1	5
Distrito Federal	3.057.087	1.166.259	275.266	23,6	1
Espírito Santo	4.065.230	1.560.706	119.309	7,6	15
Goiás	7.126.162	2.778.634	209.913	7,6	16
Maranhão	7.084.610	1.735.620	85.089	4,9	25
Mato Grosso	3.475.792	1.408.072	65.377	4,6	26
Mato Grosso do Sul	2.742.183	1.115.627	76.791	6,9	19
Minas Gerais	21.295.601	8.155.677	670.452	8,2	13
Pará	8.660.224	2.579.215	91.383	3,5	27
Paraíba	4.019.179	1.088.683	132.424	12,2	4
Paraná	11.511.807	4.809.392	469.774	9,8	6
Pernambuco	9.566.135	2.763.119	265.059	9,6	8
Piauí	3.281.541	838.066	76.763	9,2	10
Rio de Janeiro	17.374.099	5.721.711	1.072.158	18,7	2
Rio Grande do Norte	3.537.910	1.008.969	92.335	9,2	11
Rio Grande do Sul	11.408.572	4.682.002	450.679	9,6	7
Rondônia	1.787.892	685.926	41.522	6,1	23
Roraima	555.119	166.089	12.987	7,8	14
Santa Catarina	7.249.794	3.170.429	264.062	8,3	12
São Paulo	46.323.380	18.133.730	2.896.089	16,0	3
Sergipe	2.321.076	665.041	61.561	9,3	9
Tocantins	1.579.113	535.208	32.450	6,1	22
Brasil	211.261.541	74.082.032	8.168.741	11,0	

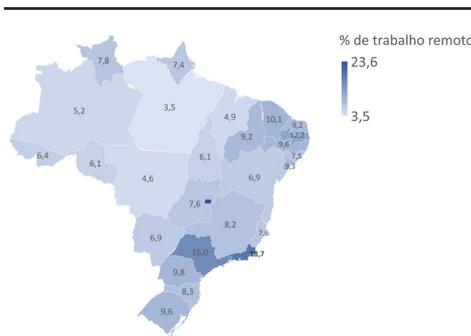
Fonte: Pnad/Covid-19.

Elaboração: Grupo de Conjuntura da Dimac/Ipea.

A figura 1 (assim como a tabela 1) apresenta o percentual da população ocupada e não afastada de cada unidade federativa que exerceu suas atividades laborais de forma remota. Nota-se que o Distrito Federal possui o maior percentual, com 23,6%, seguido por Rio de Janeiro (18,7%) e São Paulo (16,0%). Os estados com as cores mais claras, Pará e Mato Grosso, apresentaram, respectivamente, os menores percentuais, com 3,5% e 4,6% da população ocupada e não afastada e em trabalho remoto. Vale destacar que a tabela 1 reporta esse percentual assim como a posição de cada estado, ordenados pelo percentual de pessoas em trabalho remoto quando comparada com a população ocupada e não afastada local.

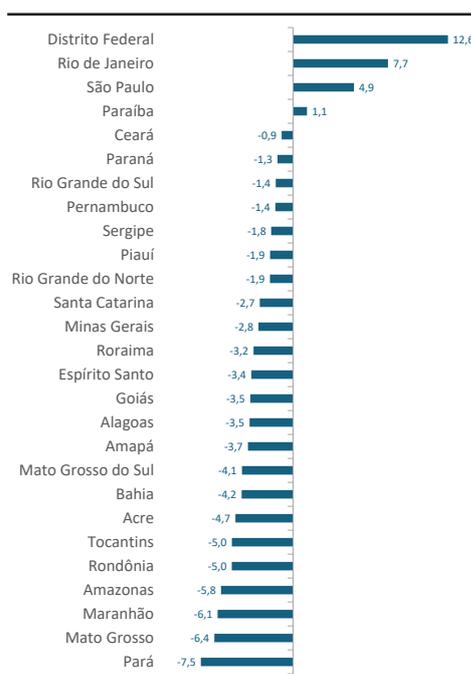
Antes de entrar nas características dessas pessoas em teletrabalho, o gráfico 1 compara o percentual de pessoas em trabalho remoto de cada unidade federativa com a média do país, destacada na *Nota de Conjuntura* nº 6 da *Carta de Conjuntura* nº 52. Fica evidente que apenas três estados e o Distrito Federal apresentaram resultados acima da média nacional, sendo que esse último registrou 12,6 pontos percentuais (p.p.) acima da média do país. No entanto, Pará (-7,5 p.p.), Mato Grosso (-6,4p.p.) e Maranhão (-6,1p.p.) foram os únicos estados com mais de 6 p.p. abaixo da média nacional, apresentando os menores percentuais.

FIGURA 1
População, pessoas ocupadas e não afastadas, pessoas em trabalho remoto – por unidade federativa brasileira (Em %)



Fonte: Pnad Covid-19.
Elaboração: Grupo de Conjuntura da Dimac/Ipea.

GRÁFICO 1
Percentual de pessoas em trabalho remoto, em relação à população ocupada e não afastada, e ordenamento em função desse percentual, por unidade federativa brasileira



Fonte: Pnad/Covid-19.
Elaboração: Grupo de Conjuntura da Dimac/Ipea.

3 O perfil das pessoas em trabalho remoto em cada Unidade Federativa do Brasil

O perfil das pessoas em trabalho remoto por unidade federativa é exposto nas tabelas a seguir, sempre segmentado em pessoas ocupadas e não afastadas e população em trabalho remoto, para facilitar a comparação. A tabela 2 apresenta a distribuição de gênero das pessoas ocupadas e não afastadas e das pessoas em trabalho remoto. Nota-se que em todas as unidades federativas a maioria das pessoas ocupadas e não

afastadas são do sexo masculino. Porém, para as pessoas em teletrabalho há uma reversão nessa composição, medida em diferença de pontos percentuais, que é mais acentuada para o Maranhão e menos conspícua para o Distrito Federal.

Para o Maranhão, ao longo de 2020, em média 36,3% das pessoas ocupadas e não afastadas eram do sexo feminino, entretanto, ao observar esse resultado para as pessoas em trabalho remoto, esse percentual torna-se 63,2%, ou seja, um aumento de 26,9 pontos percentuais na participação feminina quando comparada às pessoas ocupadas e não afastadas. Em outro extremo, tem-se o Distrito Federal, onde as mulheres correspondiam, em média de 2020, a 44,7% das pessoas ocupadas e não afastadas, enquanto eram 51,8% das pessoas em trabalho remoto, ou seja, um ganho de 7,1 p.p..

TABELA 2

Perfil das pessoas em trabalho remoto por unidade federativa por gênero

(Em % e p.p.)

Unidade federativa	Ocupados e não afastados (%)		Trabalho remoto (%)		Diferença (p.p.) ¹
	Homem	Mulher	Homem	Mulher	
Acre	64,6	35,4	46,3	53,7	-18,3
Alagoas	62,0	38,0	35,6	64,4	-26,4
Amapá	65,1	34,9	48,5	51,5	-16,6
Amazonas	63,2	36,8	46,3	53,7	-16,9
Bahia	61,0	39,0	38,7	61,3	-22,3
Ceará	59,5	40,5	40,1	59,9	-19,4
Distrito Federal	55,3	44,7	48,2	51,8	-7,1
Espírito Santo	59,2	40,8	41,0	59,0	-18,3
Goiás	60,0	40,0	41,2	58,8	-18,8
Maranhão	63,7	36,3	36,8	63,2	-26,9
Mato Grosso	63,1	36,9	42,1	57,9	-21,0
Mato Grosso do Sul	60,1	39,9	40,2	59,8	-19,9
Minas Gerais	60,0	40,0	39,8	60,2	-20,2
Pará	66,6	33,4	43,7	56,3	-22,8
Paraíba	61,5	38,5	39,0	61,0	-22,6
Paraná	58,0	42,0	40,9	59,1	-17,1
Pernambuco	60,9	39,1	43,2	56,8	-17,7
Piauí	60,5	39,5	35,4	64,6	-25,1
Rio de Janeiro	58,6	41,4	45,8	54,2	-12,8
Rio Grande do Norte	61,7	38,3	44,0	56,0	-17,7
Rio Grande do Sul	56,5	43,5	43,8	56,2	-12,7
Rondônia	63,4	36,6	45,4	54,6	-18,0
Roraima	65,4	34,6	42,3	57,7	-23,1
Santa Catarina	57,7	42,3	38,8	61,2	-18,9
São Paulo	57,8	42,2	46,6	53,4	-11,2
Sergipe	62,0	38,0	43,6	56,4	-18,3
Tocantins	62,3	37,7	38,8	61,2	-23,5

Fonte: Pnad/Covid-19.

Elaboração: Grupo de Conjuntura da Dimac/Ipea.

Nota de tabela 1: Diferença, em p.p., entre mulheres ocupadas e não afastadas e as mulheres em trabalho remoto.

Uma possível explicação para essa menor variação ocorrer num estado como o Distrito Federal e a maior variação ocorrer em um estado como o Maranhão se deve à participação feminina na força de trabalho em cada localidade. E também pelo fato de que, para ocupações de alta escolaridade, associadas ao potencial de teletrabalho, as diferenças de gênero são menos significativas e, portanto, as probabilidades de uma pessoa ser de um determinado sexo, condicionado a estar em teletrabalho, estão mais próximas dessa mesma probabilidade não condicional.

Por seu turno, a tabela 3 apresenta leitura similar para a característica raça/cor das pessoas ocupadas e não afastadas e/ou em trabalho remoto. Primeiro destaca-se uma grande diversidade entre as unidades federativas, com predominância de pessoas negras nos estados do Norte e Nordeste e o oposto no Sul do país. Essa característica se repete para as pessoas em trabalho remoto; contudo, há uma redução na participação de pessoas autodeclaradas pretas ou pardas nesse grupo em todas as unidades federativas. Utilizando o estado de Rondônia como exemplo, tem-se, para a média de 2020, que 71,0% das pessoas ocupadas e não afastadas se declararam pretas ou pardas; todavia, esse percentual cai para 68,5% quando se observa as pessoas em trabalho remoto no mesmo período e estado, isto é, uma diferença de 2,5 p.p. a menor entre as unidades federativas nacionais. Todavia, a maior diferença ocorre no Rio de Janeiro (18,5 p.p.), que registrara, como média em 2020, 52,5% das pessoas ocupadas e não afastadas autodeclaradas pretos ou pardos e 34,0% na mesma estatística para o universo de pessoas em trabalho remoto. Vale destacar que, em quatro estados (Mato Grosso do Sul, Minas Gerais, Rio de Janeiro e Rio Grande do Norte), apesar de a maioria da população ocupada e não afastada ser negra, o oposto ocorre quando se observa a população em trabalho remoto.

TABELA 3
Perfil das pessoas em trabalho remoto por unidade federativa por raça/cor
 (Em % e em p.p.)

Unidade federativa	Ocupados e não afastados (%)		Trabalho remoto (%)		Diferença (p.p.) ¹
	Branco	Preto - parda	Branco	Preto - parda	
Acre	19,4	80,6	25,6	74,4	6,2
Alagoas	26,8	73,2	32,3	67,7	5,4
Amapá	16,3	83,7	20,3	79,7	4,1
Amazonas	18,2	81,8	30,5	69,5	12,4
Bahia	18,6	81,4	24,5	75,5	5,8
Ceará	27,2	72,8	37,4	62,6	10,2
Distrito Federal	41,5	58,5	53,5	46,5	12,0
Espírito Santo	39,3	60,7	52,8	47,2	13,5
Goiás	36,0	64,0	49,6	50,4	13,6
Maranhão	20,0	80,0	27,6	72,4	7,6
Mato Grosso	33,7	66,3	47,0	53,0	13,2
Mato Grosso do Sul	45,9	54,1	56,9	43,1	11,0
Minas Gerais	40,2	59,8	54,8	45,2	14,7
Pará	20,1	79,9	31,4	68,6	11,4
Paraíba	36,0	64,0	46,7	53,3	10,7
Paraná	67,9	32,1	82,2	17,8	14,3
Pernambuco	34,4	65,6	48,5	51,5	14,1
Piauí	22,0	78,0	31,4	68,6	9,4
Rio de Janeiro	47,5	52,5	66,0	34,0	18,5
Rio Grande do Norte	38,0	62,0	53,0	47,0	15,0
Rio Grande do Sul	83,1	16,9	90,6	9,4	7,5
Rondônia	29,0	71,0	31,5	68,5	2,5
Roraima	22,7	77,3	37,2	62,8	14,6
Santa Catarina	83,7	16,3	89,1	10,9	5,4
São Paulo	62,4	37,6	78,9	21,1	16,5
Sergipe	23,3	76,7	28,4	71,6	5,2
Tocantins	25,4	74,6	40,5	59,5	15,1

Fonte: Pnad/Covid-19.

Elaboração: Grupo de Conjuntura da Dimac/Ipea.

Nota de tabela 1: Diferença, em p.p., entre pretos ou pardos ocupados e não afastados e pretos ou pardos em trabalho remoto.

A tabela 4 apresenta o percentual de trabalhadores com escolaridade de, pelo menos, nível superior completa em cada um dos grupos ocupacionais destacados. Fica evidente a assimetria entre ambos, sendo que, para todas as unidades federativas, enquanto a maioria das pessoas ocupadas e não afastadas possuem escolaridade de nível educacional mais baixo, as pessoas em trabalho remoto possuem, na maioria, o nível superior completo. A maior diferença em termos de p.p. entre as pessoas com nível superior completo dentre aquelas ocupadas e não afastadas e aquelas em trabalho remoto ocorre no Tocantins (58,4 p.p.), enquanto, no Distrito Federal se dá a menor diferença (38,9 p.p.), embora essa unidade federativa tenha o maior percentual de pessoas em trabalho remoto com escolaridade de nível superior completo (82,4%). O menor percentual é observado no Maranhão, onde 66,2% das pessoas em trabalho remoto possuem o nível superior completo.

TABELA 4
Perfil das pessoas em trabalho remoto por unidade federativa por escolaridade
 (Em % e em p.p.)

Unidade federativa	Ocupados e não afastados (%)		Trabalho remoto (%)		Diferença (p.p.) ¹
	Superior completo	Outra	Superior completo	Outra	
Acre	23,6	76,4	76,0	24,0	52,5
Alagoas	17,2	82,8	66,4	33,6	49,1
Amapá	20,6	79,4	69,9	30,1	49,3
Amazonas	18,8	81,2	75,5	24,5	56,7
Bahia	16,9	83,1	71,0	29,0	54,2
Ceará	20,0	80,0	73,0	27,0	53,1
Distrito Federal	43,5	56,5	82,4	17,6	38,9
Espírito Santo	21,1	78,9	73,5	26,5	52,5
Goiás	22,6	77,4	74,6	25,4	52,0
Maranhão	13,7	86,3	66,2	33,8	52,5
Mato Grosso	20,4	79,6	76,2	23,8	55,8
Mato Grosso do Sul	24,0	76,0	80,9	19,1	56,9
Minas Gerais	20,1	79,9	76,4	23,6	56,4
Pará	14,2	85,8	70,1	29,9	55,9
Paraíba	21,7	78,3	77,4	22,6	55,7
Paraná	26,8	73,2	79,0	21,0	52,1
Pernambuco	21,7	78,3	72,9	27,1	51,2
Piauí	19,1	80,9	72,6	27,4	53,6
Rio de Janeiro	31,6	68,4	75,8	24,2	44,2
Rio Grande do Norte	21,1	78,9	70,4	29,6	49,3
Rio Grande do Sul	22,5	77,5	70,2	29,8	47,7
Rondônia	15,1	84,9	72,4	27,6	57,2
Roraima	23,2	76,8	70,6	29,4	47,4
Santa Catarina	25,4	74,6	71,9	28,1	46,6
São Paulo	30,2	69,8	74,6	25,4	44,4
Sergipe	19,2	80,8	69,2	30,8	50,0
Tocantins	20,9	79,1	79,3	20,7	58,4

Fonte: Pnad/Covid-19.

Elaboração: Grupo de Conjuntura da Dimac/Ipea.

Nota de tabela 1: Diferença em p.p. entre pessoas com escolaridade de nível superior completo ocupadas e não afastadas e pessoas com escolaridade de nível

A tabela 5 lança luz sobre a faixa etária das pessoas ocupadas e não afastadas e em trabalho remoto. Nota-se que não há grande diferença entre elas e em todas as unidades federativas: a maioria das pessoas nos dois grupos possuem idades entre 20 e 49 anos. Encontramos em Goiás a maior diferença positiva, 6,5 p.p., para o grupo em trabalho remoto, enquanto no Amapá há a maior diferença negativa (-4,3p.p.), ou seja, nesse estado, a proporção da população ocupada e não afastada com idade entre 20 e 49 anos é maior do que em trabalho remoto.

TABELA 5

Perfil das pessoas em trabalho remoto por unidade federativa por idade

(Em % e em p.p.)

Unidade federativa	Ocupados e não afastados (%)		Trabalho remoto (%)		Diferença (p.p.) ¹
	20-49	Outra	20-49	Outra	
Acre	80,3	19,7	83,2	16,8	2,9
Alagoas	78,1	21,9	80,9	19,1	2,7
Amapá	79,8	20,2	75,5	24,5	-4,3
Amazonas	77,5	22,5	76,4	23,6	-1,1
Bahia	74,0	26,0	75,1	24,9	1,0
Ceará	75,6	24,4	76,8	23,2	1,2
Distrito Federal	78,4	21,6	81,6	18,4	3,2
Espírito Santo	74,2	25,8	79,7	20,3	5,5
Goiás	75,9	24,1	82,4	17,6	6,5
Maranhão	78,2	21,8	77,8	22,2	-0,4
Mato Grosso	76,4	23,6	81,4	18,6	5,0
Mato Grosso do Sul	74,7	25,3	78,5	21,5	3,7
Minas Gerais	74,0	26,0	79,1	20,9	5,1
Pará	78,0	22,0	78,4	21,6	0,4
Paraíba	75,5	24,5	75,3	24,7	-0,2
Paraná	72,9	27,1	77,9	22,1	5,0
Pernambuco	75,7	24,3	76,3	23,7	0,6
Piauí	74,5	25,5	77,7	22,3	3,2
Rio de Janeiro	73,6	26,4	74,6	25,4	0,9
Rio Grande do Norte	77,3	22,7	82,7	17,3	5,4
Rio Grande do Sul	70,4	29,6	74,5	25,5	4,0
Rondônia	76,0	24,0	80,2	19,8	4,2
Roraima	81,3	18,7	80,9	19,1	-0,4
Santa Catarina	75,8	24,2	80,3	19,7	4,5
São Paulo	74,0	26,0	77,3	22,7	3,3
Sergipe	78,7	21,3	79,8	20,2	1,1
Tocantins	76,4	23,6	82,5	17,5	6,1

Fonte: Pnad/Covid-19.

Elaboração: Grupo de Conjuntura da Dimac/Ipea.

Nota de tabela 1: Diferença em p.p., entre pessoas com idades entre 20 e 49 anos ocupadas e não afastadas e pessoas com idades entre 20 e 49 anos em trabalho

Por sua vez, as tabelas 6 e 7 apresentam algumas características sobre o trabalho dessas pessoas em cada unidade federativa. A primeira mostra que, apesar de a maioria das pessoas ocupadas e não afastadas estarem no setor privado, em algumas unidades federativas a maior parte das pessoas em trabalho remoto estão no setor público. Em Rondônia, por exemplo, 14,5% das pessoas ocupadas e não afastadas trabalham no setor público, contudo, esse percentual é de 67,7% quando observadas apenas as pessoas em trabalho remoto, diferença de 53,2 p.p., a maior entre todos os estados. A menor diferença ocorre no estado de São Paulo, onde somente 21,5% das pessoas em trabalho remoto exercem suas atividades no setor público, isso é 11,1 p.p. a mais do que o observado para as pessoas ocupadas e não afastadas.

Por fim, a tabela 7 destaca as pessoas ocupadas na atividade de serviços. Vale ressaltar que os trabalhadores anteriormente identificados no setor público foram classificados como em “outras atividades”, logo, a tabela apresenta apenas as pessoas ocupada na atividade de serviços no setor privado. Dito isso, é natural esperar que unidades federativas com elevada participação do setor público apresentem um menor percentual de pessoas na atividade de serviços, uma vez que essas foram classificadas como em “outras atividades”.

Assim, nota-se que em treze unidades federativas o percentual de pessoas ocupadas e não afastadas trabalhando no setor privado e na atividade de serviços é superior ao das pessoas em trabalho remoto. O estado de Roraima foi o que apresentou a maior diferença, com 14,4 p.p., enquanto o estado de Alagoas apresentou a menor diferença, 0,1 p.p.. Somado a isso, vale destacar que o Distrito Federal, Rio de Janeiro e São Paulo apresentaram os maiores percentuais de pessoas ocupadas e não afastadas trabalhando na atividade de serviços. Já para pessoas em trabalho remoto, apenas no estado de São Paulo esse percentual foi superior a 50%.

TABELA 6

Perfil das pessoas em trabalho remoto por unidade federativa: diferença entre setores público e privado
(Em % e em p.p.)

Unidade federativa	Ocupados e não afastados (%)		Trabalho remoto (%)		Diferença (p.p.) ¹
	Público	Privado	Público	Privado	
Acre	19,6	80,4	66,7	33,3	47,2
Alagoas	17,3	82,7	52,8	47,2	35,5
Amapá	15,5	84,5	52,6	47,4	37,1
Amazonas	15,6	84,4	61,2	38,8	45,7
Bahia	12,7	87,3	44,1	55,9	31,4
Ceará	15,7	84,3	50,4	49,6	34,7
Distrito Federal	24,7	75,3	53,6	46,4	28,9
Espírito Santo	12,7	87,3	48,9	51,1	36,1
Goiás	12,3	87,7	45,8	54,2	33,5
Maranhão	15,9	84,1	61,9	38,1	46,0
Mato Grosso	11,8	88,2	48,4	51,6	36,7
Mato Grosso do Sul	16,0	84,0	61,6	38,4	45,6
Minas Gerais	11,6	88,4	40,8	59,2	29,2
Pará	15,5	84,5	54,7	45,3	39,2
Paraíba	20,4	79,6	64,9	35,1	44,5
Paraná	11,9	88,1	41,8	58,2	29,9
Pernambuco	15,0	85,0	43,8	56,2	28,8
Piauí	18,3	81,7	61,4	38,6	43,1
Rio de Janeiro	16,0	84,0	32,3	67,7	16,3
Rio Grande do Norte	17,1	82,9	50,1	49,9	32,9
Rio Grande do Sul	12,0	88,0	40,3	59,7	28,3
Rondônia	14,5	85,5	67,7	32,3	53,2
Roraima	26,1	73,9	76,7	23,3	50,6
Santa Catarina	11,2	88,8	45,2	54,8	34,0
São Paulo	10,3	89,7	21,5	78,5	11,1
Sergipe	16,6	83,4	51,0	49,0	34,4
Tocantins	22,3	77,7	73,3	26,7	51,0

Fonte: Pnad/Covid-19.

Elaboração: Grupo de Conjuntura da Dimac/Ipea.

Nota de tabela 1: Diferença, em p.p., entre pessoas vinculadas ao setor público ocupadas e não afastadas e pessoas vinculadas ao setor público em trabalho remoto.

TABELA 7

Perfil das pessoas em trabalho remoto por unidade federativa por atividade econômica

(Em % e em p.p.)

Unidade federativa	Ocupados e não afastados (%)		Trabalho remoto (%)		Diferença (p.p.) ¹
	Serviços	Outras	Serviços	Outras	
Acre	31,2	68,8	21,9	78,1	-9,3
Alagoas	33,2	66,8	33,3	66,7	0,1
Amapá	34,4	65,6	29,0	71,0	-5,4
Amazonas	29,9	70,1	18,1	81,9	-11,8
Bahia	33,9	66,1	39,0	61,0	5,2
Ceará	31,6	68,4	33,4	66,6	1,8
Distrito Federal	48,2	51,8	39,9	60,1	-8,3
Espírito Santo	31,7	68,3	27,8	72,2	-3,9
Goiás	39,9	60,1	40,4	59,6	0,5
Maranhão	30,7	69,3	26,6	73,4	-4,1
Mato Grosso	35,8	64,2	29,8	70,2	-6,0
Mato Grosso do Sul	37,4	62,6	29,0	71,0	-8,5
Minas Gerais	35,9	64,1	42,1	57,9	6,2
Pará	26,9	73,1	26,3	73,7	-0,6
Paraíba	29,7	70,3	25,9	74,1	-3,7
Paraná	35,5	64,5	41,0	59,0	5,4
Pernambuco	32,9	67,1	35,6	64,4	2,7
Piauí	27,1	72,9	28,9	71,1	1,8
Rio de Janeiro	44,9	55,1	45,5	54,5	0,6
Rio Grande do Norte	34,9	65,1	37,5	62,5	2,5
Rio Grande do Sul	32,9	67,1	40,3	59,7	7,3
Rondônia	24,7	75,3	20,2	79,8	-4,5
Roraima	28,4	71,6	14,0	86,0	-14,4
Santa Catarina	30,0	70,0	33,7	66,3	3,7
São Paulo	44,5	55,5	54,1	45,9	9,6
Sergipe	33,3	66,7	38,3	61,7	5,0
Tocantins	25,5	74,5	17,6	82,4	-7,9

Fonte: Pnad/Covid-19.

Elaboração: Grupo de Conjuntura da Dimac/Ipea.

Nota de tabela 1: Diferença, em p.p., entre pessoas vinculadas a atividade de serviços ocupadas e não afastadas e pessoas vinculadas a atividade de serviços em trabalho remoto.

4 Conclusão

Tal como mencionado na introdução, esta *Nota de Conjuntura* teve como objetivo atender a demanda por informações sobre o trabalho remoto nas unidades federativas brasileiras durante a pandemia do Covid-19. Não custa salientar que ela antecipa resultados que serão disponibilizados em trabalho futuro.

Primeiramente, os dados indicam que a intensidade de trabalho remoto foi bastante diversa entre as unidades federativas. Por um lado, tem-se o Distrito Federal, onde quase um quinto das pessoas ocupadas e não afastadas estavam em trabalho remoto; por outro, tem-se o Pará, onde esse percentual foi de, apenas, 3,5%. Como visto na *Nota de Conjuntura* nº 6 da *Carta de Conjuntura* nº 52, a média do país foi de 11%. Comparando esse resultado com o de cada unidade federativa, nota-se que, além do Distrito Federal, apenas Rio de Janeiro, São Paulo e Ceará apresentaram resultados acima da média nacional.

Já o perfil das pessoas ocupadas e em trabalho remoto nos estados não é muito diferente do resultado médio para o Brasil. Para todas as unidades federativas, tem-se um maior percentual de mulheres, pessoas declaradas brancas e com escolaridade de nível superior completo no conjunto de pessoas em teletrabalho do que no total de pessoas ocupadas e não afastadas.

Todavia, nem toda característica possui uma maior intensidade definida quando se observa cada unidade federativa, como no caso do setor público, faixa etária ou atividade de trabalho. Nesse sentido, pode-se dizer que há uma grande heterogeneidade do trabalhador remoto dentre os estados brasileiros, que pode ser reflexo das diferenças estruturais profundas nas economias e nos mercados de trabalho locais.



Diretoria de Estudos e Políticas Macroeconômicas (Dimac):

José Ronaldo de Castro Souza Júnior (Diretor)
Marco Antônio Freitas de Hollanda Cavalcanti (Diretor Adjunto)



Corpo Editorial da Carta de Conjuntura:

José Ronaldo de Castro Souza Júnior (Editor)
Marco Antônio Freitas de Hollanda Cavalcanti (Editor)
Estêvão Kopschitz Xavier Bastos
Fábio Servo
Francisco Eduardo de Luna e Almeida Santos
Leonardo Mello de Carvalho
Maria Andréia Parente Lameiras
Mônica Mora Y Araujo de Couto e Silva Pessoa
Paulo Mansur Levy
Sandro Sacchet de Carvalho

Pesquisadores Visitantes:

Ana Cecília Kreter
Andreza Aparecida Palma
Cristiano da Costa Silva
Sidney Martins Caetano
Tarciso Gouveia da Silva

Equipe de Assistentes:

Caio Rodrigues Gomes Leite
Carolina Ripoli
Felipe dos Santos Martins
Felipe Moraes Cornelio
Felipe Simplicio Ferreira
Guilherme Melo Mazala Carvalho
Izabel Nolau de Souza
Marcelo Lima de Moraes
Marcelo Vilas Boas de Castro
Pedro Mendes Garcia
Rafael Pastre
Tarsylla da Silva de Godoy Oliveira

Design/Diagramação:

Augusto Lopes dos Santos Borges
Leonardo Simão Lago Alvite

As opiniões emitidas nesta publicação são de exclusiva e inteira responsabilidade dos autores, não exprimindo, necessariamente, o ponto de vista do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada ou do Ministério da Economia.

É permitida a reprodução deste texto e dos dados nele contidos, desde que citada a fonte. Reproduções para fins comerciais são proibidas.